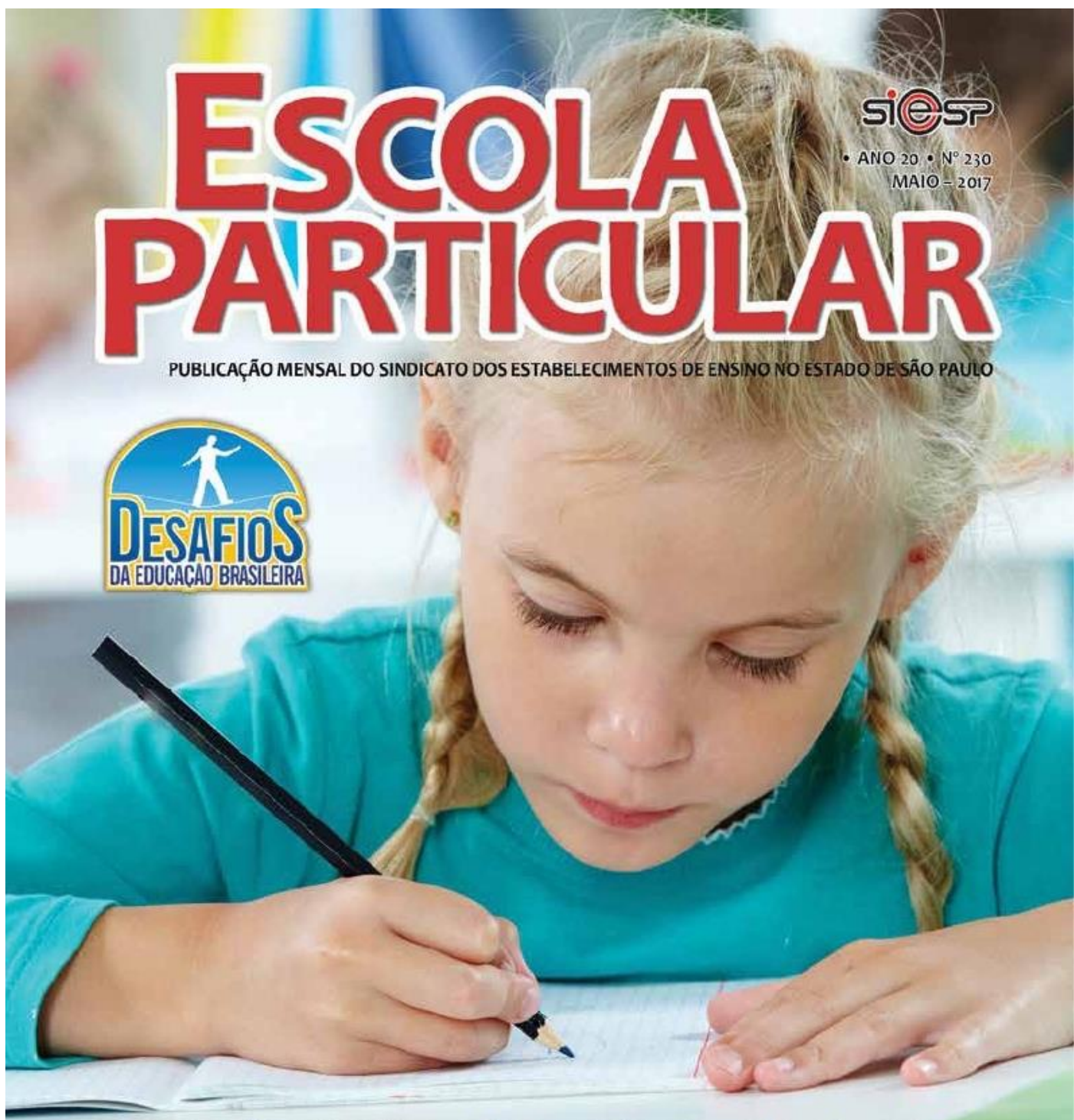


ESCOLA PARTICULAR

siesp

• ANO 20 • Nº 230
MAIO - 2017

PUBLICAÇÃO MENSAL DO SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ESTADO DE SÃO PAULO



INVESTIR NA BASE

O olhar para a educação inicial



Censo da Escola Privada no Estado de São Paulo





Conteúdos e competências na sala de aula

O discurso do ensino de habilidades e competências ganhou força a partir de 1998, com a instituição do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, que, a princípio, foi criado como mecanismo indutor de mudanças metodológicas nesse segmento. Acreditava-se que a existência de um exame que exigisse dos egressos competências e habilidades capazes de resolverem as situações problemas por ele colocadas iria influenciar na mudança de postura dos professores. Essa necessidade está pautada numa nova cultura que modifica as formas de produção e apropriação dos saberes. Estamos vivendo uma era pragmática em que o saber fazer e o saber agir são os “carros-chefes” para o sucesso. O saber idealista platônico perdeu lugar nesse mundo. O que importa não são as ideias, as abstrações, mas os resultados, as concretudes, as ações. O mundo vem mudando num ritmo acelerado e “arrastando” consigo novos paradigmas que precisam ser colocados em prática antes de serem refletidos, compreendidos e “digeridos”.

O discurso do currículo por habilidades e competências vem ganhando

cada vez mais força porque se projetou na escola uma missão social urgente: a de produzir profissionais mais competentes que sejam cidadãos mais conscientes. Essa missão exige que a escola seja pragmática e utilitarista, abandonando tudo que não leve diretamente ao desenvolvimento de competências. Embora perigosa, essa concepção vem se impondo nos processos de elaboração e planejamento curricular. Outra razão pode ser encontrada nos tipos de exigências que o Mercado e o mundo em geral vêm fazendo às pessoas. Buscam-se pessoas que saibam fazer e que tenham capacidade de planejar e resolver problemas. Todas essas questões apresentaram à escola, um aluno que não se interessa por saberes sem sentido ou sem utilidade imediata. Eis aqui outro perigo: render-se ao utilitarismo do aluno. Talvez nesse ponto, estejamos de frente com o mais clássico dos dilemas: quanto conteúdo devo ensinar? Até que nível de profundidade? Tudo isso contribuiu para que se acreditasse piamente que organizar o currículo escolar por habilidades e competências, forma um aluno mais preparado para enfrentar

o mundo. É fundamental, porém, que enquanto educadores, tenhamos claro posicionamento a respeito de se o mundo precisa somente ser “enfrentado” de forma passiva e disciplinada ou se esse enfrentamento precisa ser mais amplo, abarcando a compreensão dos fatores que o fazem ser como é. A opção pela concepção mais ampla de “enfrentamento” requer que ampliemos a consciência dos alunos no sentido de que se posicionem diante das injustiças e ideias parciais que ideologicamente conformam milhões de pessoas, logo, estamos diante de uma opção política.

Trazemos diversas heranças da escola em que estudamos. A maior parte delas de forma tão incorporada ao nosso ser que dificilmente as reconhecemos como tais. “Livro pra ser bom tem que ser grosso”; “o professor fala e o aluno ouve”; “é o professor quem decide como vai ser a aula”; “sala de aula é lugar de silêncio” são apenas algumas das verdades inquestionáveis inculcadas pela escola tradicional que acabam determinando muito da prática de diversos professores ao longo de sua caminhada profissional.



A escola tradicional sempre tratou o desenvolvimento de competências como algo natural e automático

ção como fator de fixação do solo em encostas? A partir dessa análise, o professor precisa focar os esforços na mesma proporção da relevância do conteúdo para o desenvolvimento da competência. Outra atitude fundamental no desenvolvimento de competências em sala de aula é a apresentação de situações-problemas que tenham relevância sociocultural, ou seja, que sejam as mais próximas possíveis da vida como ela é. Seguindo o exemplo, seria ensinar os conteúdos formação de solos e erosão através da análise de situações reais de deslizamentos de encostas. Outros exemplos podem ser: ensinar orientação geográfica através do uso real de bússolas e ensinar as quatro operações, fazendo compras num mercadinho simulado.

Analisemos um outro exemplo: o desenvolvimento da competência de calcular distâncias reais usando um mapa. Toda a teoria e técnica de interpretação de mapas e o conhecimento sobre o assunto, geralmente pode ser apresentado sob forma de aula expositiva e participativa. Precisamos, igualmente, desenvolver o olhar cartográfico (visão de cima para baixo), a capacidade de ler e compreender legendas e escalas, identificar tipos de mapas e realizar operações com números decimais. Essas são habilidades básicas para se calcular distâncias reais a partir de um mapa. É fundamental listarmos as atitudes inerentes a um bom interpretador de mapas (como analisar a escala e tipo de mapa, por exemplo) e evidenciarmos a necessidade de que sejam desenvolvidas. Por fim, precisamos proporcionar experiências básicas de manuseio e interpretação de mapas, como levar aos alunos a localizar, reduzir e ampliar escalas, comparar lugares, etc.

Para que auxiliem no desenvolvimento de competências, os desafios apresentados em sala de aula devem possuir algumas características essenciais. A primeira delas é terem relevância sociocultural. A segunda é terem nível de dificuldade compatível com o conhecimento e o nível de desenvolvimento cognitivo dos alunos. A terceira é serem apresentados num nível crescente >>>

Talvez o paradigma que mais influencia a prática docente seja o de que o aluno deve se ocupar de aprender os conteúdos que lhes são ensinados, independente de sabermos para que servem ou de identificarmos sua aplicação prática. Uma vez perguntados a respeito disso, os professores, em geral, respondiam que um dia os alunos descobrirão para que servem os conteúdos ao se depararem com desafios da vida que exigirão sua aplicação. Foi isso que aconteceu conosco na escola e mesmo sem termos descoberto até hoje a aplicação prática da maioria dos conteúdos que estudamos, essa verdade continua soando como incontestável. A escola tradicional sempre tratou o desenvolvimento de competências como algo natural e automático. Ao aprender os conteúdos, iremos, naturalmente, desenvolver as competências como num passe de mágica.

O conceito de competência é bastante discutido e refletido, em especial no contexto acadêmico, em função da necessidade de se entender quais os elementos que a compõem e como podemos aperfeiçoar seu desenvolvimento. Competência, tomando-se por base as definições mais aceitas, é a capacidade para solucionar situações

complexas que exijam conhecimentos, habilidades, experiências e atitudes de diversas naturezas. De forma mais simples, ser competente é saber fazer escolhas, decidir, mobilizar recursos e agir, diante de situações complexas. A maioria dos autores concorda que as competências são compostas por quatro principais articuladores que são o conhecimento, a habilidade, a atitude e a experiência. Ao contrário do que a escola nos inculcou, não basta ensinarmos conteúdos, é preciso uma ação específica no sentido de desenvolvermos competências e essa ação envolve, além de ensinar conteúdos, desenvolver habilidades e atitudes e proporcionar uma experiência mínima. O professor precisa colocar em prática esses quatro articuladores para que verdadeiramente desenvolva as competências.

Ao ensinar determinado conteúdo, a primeira pergunta do professor deve ser qual a relevância do mesmo para o desenvolvimento das competências efetivamente planejadas. Tomemos um exemplo em Geografia. Qual conteúdo é mais relevante para o desenvolvimento da competência de analisar situações de risco em encostas na vida real? Diferentes tipos de erosão de acordo com o elemento que a desencadeia ou a vegeta-



Resolver problemas através de cálculos não depende somente do raciocínio matemático, mas muitas vezes da compreensão dos processos químicos, físicos e biológicos

de dificuldade e a quarta é evocarem conteúdos, habilidades, atitudes e experiências que levem as crianças e jovens a resolverem o problema. Para isso, as atividades desafiadoras precisam ser minuciosamente planejadas, levando em conta todas as suas características essenciais.

Costumeiramente reduzimos o processo de desenvolvimento de competências a dois momentos: apresentação do conteúdo e exercícios simulados, acreditando que as habilidades e as atitudes serão automaticamente desenvolvidas com a prática, o que pode ocorrer desde que haja uma grande intencionalidade e dedicação por parte do aluno o que, infelizmente, não é a regra. É preciso, urgentemente, desenvolver a consciência de que ensinar conteúdos não é desenvolver competências.

Existem competências que são específicas de uma determinada área do conhecimento e outras, que são necessárias em várias áreas. Podemos chamar a essas últimas de competências multidisciplinares, cujo desenvolvimento precisa ser assumido por todas as disciplinas que delas necessitem em todos os níveis e

séries. Levar o aluno a dominar a leitura e a escrita e outras linguagens mais usuais pode, a princípio, parecer tarefa exclusiva da disciplina Língua Portuguesa, mas cada disciplina tem seus textos, expressões e vocabulários específicos que precisam ser ensinados pelos professores dessas disciplinas. Entender um texto de Geografia, depende não somente de o aluno saber ler e escrever, mas de saber ler e entender a linguagem geográfica que é composta de expressões e vocabulário próprio. Resolver problemas através de cálculos não depende somente do raciocínio matemático, mas muitas vezes da compreensão dos processos químicos, físicos e biológicos. Analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e situações não é exclusividade da História, da Sociologia ou da Geografia, mas competência necessária para ler e interagir com os textos jornalísticos. Nessa mesma categoria das competências multidisciplinares, podemos incluir a compreensão do entorno social e a atuação sobre ele, a análise crítica dos meios de comunicação, a localização, acesso e uso das informações acumuladas, o planejamento e a arte de trabalhar e

decidir em grupo. Essas competências devem estar presentes em todos os planos de ensino de todos os níveis e séries, de forma que o educando possa desenvolvê-las natural e progressivamente ao longo de sua vida escolar.

Por fim, uma situação desafiadora que se pretende estratégica para desenvolvimento de competências precisa evocar saberes, atitudes e habilidades. É aqui que os conteúdos ganham significado no processo. É impossível o desenvolvimento de competências sem eles. Os conteúdos passam a ser “dirigidos” pelas competências. Num currículo por competências não há lugar para conteúdos desconectados e a ordem de apresentação dos conteúdos é ditada pelas competências que estão sendo desenvolvidas. ■



JÚLIO FURTADO

Doutor em Ciências da Educação e diplomado em Psicopedagogia pela Universidade de Havana, Cuba. Mestre em Educação pela UFRJ. Pedagogo, Palestrante e escritor. www.juliofurtado.com.br